



Educação Física e Formação Humana sobre a égide do capital

Rogério Paes de Oliveira¹



<https://doi.org/10.36557/2009-3578.2026v12n1p184-207>

Artigo recebido em 12 de Novembro e publicado em 12 de Janeiro de 2026

ARTIGO ORIGINAL

RESUMO

O presente artigo analisa as determinações ontológicas que articulam trabalho, formação humana e Educação Física no interior da sociabilidade capitalista. Para apreender de maneira precisa o movimento do real e desvendar os nexos internos do nosso objeto de estudo, recuperamos os pressupostos teórico-metodológicos do materialismo histórico, fundado por Karl Marx (1818–1883) e Friedrich Engels (1820–1895) e aprofundado por György Lukács (1885–1971), como referência matricial na análise de caráter bibliográfico. A investigação foi organizada em três momentos articulados: inicialmente, discutimos o trabalho como categoria ontológica fundante da constituição do ser social, ressaltando que, ao produzir sua própria existência, o ser humano transforma a natureza e a si mesmo, desenvolvendo capacidades corporais, físicas e mentais inseparáveis de sua formação histórica. Em seguida, analisamos o surgimento moderno da Educação Física e sua funcionalidade na conformação do trabalhador na sociedade burguesa, evidenciando que sua constituição enquanto complexo social está vinculada às necessidades de disciplinamento, eficiência e docilidade exigidas pelo processo de produção de mais-valia. Por fim, abordamos como a lógica de valorização do capital redefine continuamente as exigências impostas ao corpo, aprofundando formas de subsunção, instrumentalização e captura da subjetividade, ao mesmo tempo em que limita possibilidades de desenvolvimento omnilateral. Concluimos que a Educação Física, embora determinada estruturalmente pela sociabilidade capitalista, mantém em sua prática e em seu conteúdo contradições que expressam brechas para a afirmação da teleologia consciente e para formas de formação humana não totalmente subordinadas aos imperativos da valorização. Sustentamos que a superação das determinações alienantes que recaem sobre a corporeidade só pode ocorrer mediante a crítica radical à lógica do capital e a recuperação do trabalho como práxis teleológica, condição necessária para a construção de uma Educação Física comprometida com a humanização plena, a emancipação e o desenvolvimento integral do ser social.

Palavras-chave: Educação Física, Formação Humana, Trabalho, Ontologia do Ser Social.



Physical education na human formation under the aegis of capital

ABSTRACT

This article analyzes the ontological determinations that articulate labor, human formation, and Physical Education within capitalist sociability. To accurately grasp the movement of reality and unveil the internal connections of our object of study, we recover the theoretical-methodological foundations of historical materialism, established by Karl Marx (1818–1883) and Friedrich Engels (1820–1895) and further developed by György Lukács (1885–1971), as the guiding matrix of this bibliographic investigation. The study is organized into three interconnected moments: first, we discuss labor as the founding ontological category of the constitution of the social being, emphasizing that, in producing their own existence, human beings transform nature and themselves, developing bodily, physical, and mental capacities inseparable from their historical formation. Next, we examine the modern emergence of Physical Education and its functionality in shaping the worker in bourgeois society, demonstrating that its constitution as a social complex is linked to the demands for discipline, efficiency, and docility required by the process of surplus-value production. Finally, we show how the logic of capital accumulation continuously redefines the demands imposed on the body, deepening forms of subsumption, instrumentalization, and capture of subjectivity, while restricting possibilities for the unilateral development of human capacities. We conclude that Physical Education, although structurally determined by capitalist sociability, preserves contradictions in its content and practice that open pathways for the affirmation of conscious teleology and for forms of human formation not entirely subordinated to the imperatives of valorization. We argue that overcoming the alienating determinations imposed on corporeality requires a radical critique of capitalist logic and the recovery of labor as teleological praxis—conditions necessary for constructing a Physical Education committed to full humanization, emancipation, and the integral development of the social being.

Keywords: Physical Education; Human Formation; Labor; Ontology of Social Being.

Instituição afiliada – Universidade Regional do Cariri

Autor correspondente: Rogério Paes de Oliveira rogerio.paes@urca.br

This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).





INTRODUÇÃO

A formação humana aqui compreendida como a síntese superior dos múltiplos modos de apropriação mediante os quais os indivíduos internalizam, reelaboram e objetivam a complexidade do mundo social historicamente constituído. Trata-se de um processo em que se articulam, dialeticamente, as determinações singulares, particulares e universais que estruturam a existência social, conferindo-lhe objetividade histórica. No horizonte lukacsiano, essa síntese é parte integrante da reprodução social, entendida como a continuidade e renovação das objetivações sociais que possibilitam a permanência histórica do gênero humano enquanto ser social.

A especificidade ontológica do ser social emergente desse processo distingue-se qualitativamente da imediaticidade natural, uma vez que a relação entre homem e natureza deixa de ser puramente adaptativa para tornar-se teleologicamente estruturada. É no trabalho — categoria fundante do ser social — que encontramos a mediação essencial por meio da qual o homem não apenas transforma o mundo, mas transforma-se a si mesmo. Essa atividade teleológica, como demonstra Tertulian (1996), inaugura a dimensão propriamente humana da objetivação, pois pressupõe a antecipação consciente do resultado e a regulação ativa dos meios para alcançá-lo.

Embora fundante, o trabalho não se confunde com a totalidade social. Ele inaugura o campo de possibilidades no qual surgem e se autonomizam relativamente os demais complexos sociais — direito, moral, arte, política, ciência, educação física etc. —, cada qual com leis e determinações próprias, sem, contudo, romper sua dependência ontológica com o trabalho. Esses complexos, na formulação de Lukács, configuram mediações cada vez mais complexas, elaboradas e historicamente determinadas da práxis humana, sempre ancoradas na base ontológica do trabalho e em sua dinâmica histórico-concreta.

Sob a sociabilidade capitalista, essa base ontológica sofre uma inflexão decisiva. O trabalho, originariamente produtor de valores de uso, é capturado pela lógica do valor, sendo subsumido ao processo de valorização do capital. A subsunção real — estágio mais desenvolvido dessa captura — dissolve a autonomia relativa entre produção e reprodução da vida humana, subordinando o conjunto das objetivações



sociais às exigências da autovalorização do valor. Mészáros (2008) demonstra que essa lógica assume um caráter totalizante, estruturando-se como um metabolismo social de segunda ordem que submete todas as esferas da sociabilidade às exigências irreformáveis da reprodução ampliada do capital. Nesse processo, as capacidades humanas são convertidas em mercadorias, e a própria formação humana torna-se funcional à reprodução do sistema.

À luz da ontologia materialista da história, toda formação humana só pode ser compreendida ontologicamente a partir da categoria fundante do ser social: o trabalho. Contudo, nas diferentes formações sociais, especialmente no capitalismo, as maneiras concretas pelas quais o trabalho é organizado, fragmentado, disciplinado e apropriado configuram mediações decisivas para a constituição das capacidades humanas e para a objetivação das práticas sociais, entre elas a própria Educação Física.

É nesse quadro que a educação física deve ser apreendida. Conforme afirma Mello (2014), trata-se de um complexo social particular cuja inteligibilidade depende de sua inserção contraditória na totalidade social burguesa. Não se trata, pois, de prescrever normativamente como a educação física deveria ser, mas de compreendê-la tal como se constitui concreta e historicamente, sob as determinações do capital. A educação física, enquanto modalidade de objetivação humana relacionada à corporeidade, insere-se diretamente na lógica social que organiza, distribui e orienta as capacidades corporais humanas em função de finalidades historicamente determinadas.

Compreender a formação humana nesse contexto implica elucidar o modo pelo qual a ontogênese do ser social é subsumida às determinações do processo de produção capitalista. A relação fundamental da sociabilidade burguesa — compra e venda da força de trabalho — converte, tendencialmente, as capacidades humanas de transformação da natureza em mercadoria, reorganizando o conjunto das mediações formativas. Essa conversão, em regra, longe de ser apenas econômica, é ontológica: ela redefine a própria forma social da individualidade humana e das objetivações produzidas, condicionando-as pela lógica da equivalência abstrata que rege a produção e circulação do valor.

O trabalho, enquanto categoria ontológica, permanece como condição *sine qua non* da existência humana, mas seu conteúdo concreto é reconfigurado pelo capital. O



homem natural transforma-se em ser social na medida em que, por meio da ação teleológica, realiza objetivamente as finalidades que orientam sua práxis. Essa ação é sempre corporal e consciente, e constitui o processo histórico pelo qual os indivíduos elevam-se qualitativa e quantitativamente para além dos limites da determinação meramente biológica. Como demonstram Oliveira (2018; 2022), toda objetivação é uma unidade dinâmica entre corporeidade, consciência e finalidade, o que explica o caráter fundante da corporeidade para a própria constituição do ser social.

A gênese ontológica da educação física reside nesse entrelaçamento entre corporeidade (corpo e consciência), trabalho e sociabilidade. A educação física emerge como forma de objetivação que expressa não apenas o papel do corpo no processo de trabalho, mas também as determinações sociais que configuram o corpo enquanto portador de capacidades produtivas. No capitalismo, essas capacidades são reordenadas, disciplinadas e avaliadas segundo critérios que derivam da lógica da mais-valia. A corporeidade humana, inicialmente mediação universal da práxis, é convertida em elemento funcional ao processo de valorização, e a educação física, enquanto complexo social, participa dialeticamente dessa reorganização, ainda que conserve em si contradições que apontam para determinações não redutíveis ao capital.

Assim, em toda formação social dotada de vida humana, o trabalho permanece como fundamento ontológico. Marx caracteriza o trabalho como produtor de valores de uso, afirmando que é por meio dele que o homem se distingue dos demais seres naturais e põe em movimento o processo histórico de sua própria formação.

“O processo de trabalho, que descrevemos em seus elementos simples e abstratos, é atividade dirigida com o fim de criar valores-de-uso, de apropriar os elementos naturais às necessidades humanas; é condição necessária do intercâmbio material entre homem e a natureza; é a condição natural eterna da vida humana, sem depender, portanto, de qualquer forma dessa vida, sendo antes comum a todas as suas formas sociais” (2011, p. 218).

O trabalho produtor de valores de uso constitui o ponto de partida para a compreensão da gênese e da participação da Educação Física na formação do ser social, independentemente da forma histórica de sociabilidade. Isso porque, enquanto mediação ontológica universal, o trabalho permanece como fundamento da vida humana sob qualquer organização social. Marx demonstra que, no interior da



produção capitalista, não está em jogo apenas a contradição entre valor de uso e valor de troca — ainda que o movimento da troca realize o valor de troca negando-o enquanto tal e afirmando o valor de uso da mercadoria —, mas sobretudo a contradição entre valor de uso e valor propriamente dito, derivada do duplo caráter do trabalho – trabalho concreto e trabalho abstrato. O desenvolvimento da força produtiva do trabalho, ao elevar a capacidade humana de produzir uma quantidade cada vez maior de valores de uso, cria a condição paradoxal em que a riqueza material cresce ao mesmo tempo em que o quantum de valor por ela incorporado diminui (TUMOLO, 2005).

No modo de produção capitalista, o trabalhador não é apenas produtor de valores de uso: ele é produtor de mais-valia, isto é, de valor excedente apropriado privadamente pelo capital, cujo substrato é o trabalho abstrato.

A mesma variação crescente de força produtiva do trabalho, que aumenta a riqueza, diminui a grandeza de valor contida nessa massa de riqueza. Tendo em vista que o trabalho concreto é o substrato do valor de uso e o trabalho abstrato é a substância do valor, eles também estabelecem uma relação de contradição (TUMOLO, 2005, p. 242).

É este trabalho submetido à lógica do capital — e não o trabalho como categoria ontológica — que possui centralidade no modo de produção capitalista. Essa centralidade, por sua vez, coloca objetivamente um conjunto de questões decisivas para a análise da formação humana e, particularmente, para a compreensão da Educação Física enquanto complexo social.

O presente estudo tem como objetivo analisar, à luz da Ontologia do Ser Social de Lukács e do materialismo histórico, as determinações ontológicas que articulam trabalho, formação humana e Educação Física na sociabilidade capitalista. Para isso, o estudo percorre por três objetivos específicos, a saber: 1. compreender o trabalho como categoria fundante da constituição do ser social e, portanto, da formação humana; 2. investigar a gênese moderna da Educação Física e seu papel na conformação do corpo do trabalhador às necessidades de reprodução do capital; e 3. analisar como o processo de valorização capitalista redefine, instrumentaliza e subordina as capacidades corporais e mentais do indivíduo. Com base nesses três eixos, busca-se responder: em que medida a formação humana pode continuar sendo mediada por um trabalho fundado na produção de mais-valia? Como a Educação Física



tem participado da funcionalização do corpo às necessidades do capital? E quais são as possibilidades reais de afirmação de uma formação omnilateral e de uma prática da Educação Física não subordinada à lógica da valorização capitalista?

Na elaboração deste estudo de caráter bibliográfico (SEVERINO, 2016), e na tentativa de apreender de maneira mais precisa o movimento do real e desvendar os nexos internos entre Educação Física e formação humana na sociedade capitalista, recuperamos os pressupostos teórico-metodológicos do materialismo histórico, formulado por Karl Marx (1818–1883) e Friedrich Engels (1820–1895), e posteriormente desenvolvido e sistematizado no campo ontológico por György Lukács (1885–1971), que assumem, neste trabalho, a condição de referência matricial.

No interior dessa tradição teórica, Marx enfatiza, no *Posfácio à Segunda Edição de O Capital* (1873), a necessidade de uma investigação rigorosa do objeto — em seu caso, a sociedade burguesa — distinguindo metodologicamente o método de investigação do método de exposição. A investigação constitui o momento analítico em que o pesquisador se apropria das determinações essenciais do objeto, movendo-se do imediato caótico à concretude rica e articulada. Somente após esse processo é que se torna possível expor o movimento do real de forma aproximada, ainda que sempre insuficiente diante de sua inesgotabilidade. Como afirma Marx, “se isto se consegue, ficará espelhada, no plano ideal, a vida da realidade pesquisada, o que pode dar a impressão de uma construção a priori” (MARX, 2011, p. 28).

É sob essa perspectiva que estruturamos a exposição, organizada em três momentos articulados. No primeiro, retomamos a discussão sobre a formação do ser humano tendo o trabalho como categoria fundante, uma vez que, para Marx (2011), as categorias científicas não são meras construções abstratas, mas expressões teóricas de práticas sociais historicamente determinadas. Assim, o trabalho é concebido como mediação ontológica central na produção da vida humana.

No segundo momento, analisamos o surgimento moderno da Educação Física e sua função social na conformação do trabalhador no capitalismo. Evidenciamos que, na sociedade burguesa, a formação humana — tal como se manifesta na forma social vigente — é determinada pelas necessidades de reprodução do capital. Nesse sentido, a Educação Física, no que tange à classe trabalhadora, tem sido historicamente vinculada ao corpo produtivo de mais-valia, orientada por preocupações que priorizam



a docilidade, a eficácia e a potencialidade laborativa.

No terceiro momento, discutimos as implicações do processo de valorização do capital sobre o corpo e, portanto, sobre as capacidades físicas e mentais do trabalhador. Mostramos como a lógica de reprodução ampliada do capital redefine continuamente as exigências impostas ao corpo, aprofundando formas de subsunção, degradação e instrumentalização da corporeidade, ao mesmo tempo em que reforça mecanismos de disciplinamento e captura da subjetividade.

A FORMAÇÃO DO HOMEM: O TRABALHO COMO CATEGORIA FUNDANTE

O primeiro pressuposto de toda existência humana — e, portanto, o primeiro ato histórico — consiste no fato de que os indivíduos precisam estar vivos. Em outras palavras, para que o ser humano possa produzir-se enquanto ser social, é indispensável que ele assegure, antes de tudo, as condições materiais de sua própria sobrevivência. Por isso, o primeiro ato propriamente humano é a produção da própria existência, isto é, a atividade pela qual os indivíduos criam os meios necessários à satisfação de suas necessidades.

Essas necessidades abrangem desde as mais elementares — como alimentar-se, beber e proteger-se — até aquelas que emergem com o desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção, tornando-se progressivamente mais sofisticadas e complexas. Com o avanço histórico, novas necessidades são produzidas socialmente, incluindo práticas culturais e formativas como a educação, a educação física e o esporte. Assim, a reprodução da vida humana não se limita à satisfação de imperativos biológicos, mas envolve um processo contínuo de criação e recriação de necessidades, mediado pelo trabalho e pela dinâmica histórica das formas de sociabilidade. Portanto, da ampliação em escala cada vez maior e mais complexa, do desenvolvimento das relações de produção e das forças produtivas.

Mas, para viver, precisa-se, antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e este é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, assim como há milênios, tem de ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos (MARX; ENGELS, 2007, p. 33).



É no metabolismo entre o ser humano e a natureza — realizado por meio de uma ação corporal consciente e teleologicamente orientada — que o homem transforma o mundo externo conforme seus propósitos e, simultaneamente, transforma a si próprio. Nesse processo, ele aprende, desenvolve-se e produz novas capacidades, pois toda ação humana é, no sentido estrito, uma ação tipicamente social, qualitativamente distinta de qualquer comportamento meramente instintivo. A atividade vital humana, portanto, não se reduz às determinações biológicas que condicionam sua existência, ainda que estas não desapareçam. Antes, a cada transformação consciente da natureza, o ser humano supera, sem eliminar, sua condição animal, elevando-a a um patamar essencialmente social. Mesmo quando desenvolve práticas altamente complexas — como aprender a tocar violão — permanece, simultaneamente, garantindo a reprodução de sua base natural, “alimentando” a dimensão biológica que constitui o suporte indispensável do ser social.

O homem dá a luz a si próprio do decurso da História. O fator essencial deste [sic] processo de autocriação da raça humana está na sua relação com a natureza. O homem, na alva da História, está cegamente vinculado ou agrilhado à natureza. Com ocorrer da evolução, éle [sic] transforma sua relação com a natureza e, por conseguinte, consigo mesmo (FROMM, 1962, p. 25).

Nas palavras de Marx:

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participa o homem e a Natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a Natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põem em movimento as forças naturais de seu corpo — braços e pernas, cabeça e mão —, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhe forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza (MARX, 2011, p. 211, grifos nossos).

Como podemos notar, a própria existência humana — e, portanto, sua formação — pressupõe sempre um elemento mediador entre a necessidade e sua satisfação. Entre a fome e o ato de alimentar-se, por exemplo, há um processo que não se reduz a uma reação instintiva, mas implica uma atividade teleológica, consciente e corporeificada. Assim, o trabalho não é uma categoria arbitrariamente atribuída como



origem do ser social; ao contrário, constitui-se como a categoria fundante desse modo de ser justamente por operar como mediação transitória entre a necessidade de viver e as formas historicamente produzidas de assegurar essa vida.

Em outras palavras, o trabalho é a mediação ontológica entre o homem e a natureza: uma ação corporal consciente e orientada por fins, por meio da qual as necessidades humanas tornam-se efetivamente saciáveis. É na natureza, enquanto âmbito originário de possibilidades e limites, que o homem encontra os elementos indispensáveis à reprodução da própria existência. Marx expressa isso de modo inequívoco ao afirmar: “O trabalhador nada pode criar sem a *natureza*, sem o *mundo externo sensível*. Este é o material onde se realiza o trabalho, onde ele é ativo, a partir do qual e por meio do qual produz coisas” (MARX, 2006, p. 112, *itálicos do autor*).

O trabalho, portanto, configura-se como a práxis originária do ser social; e é no interior do processo de trabalho que se expressa, ontológica e dialeticamente, a necessidade da educação física. Trata-se de uma prática corporal consciente cuja gênese encontra-se no próprio ato laborativo, na objetivação corporal que funda e desenvolve a humanidade (OLIVEIRA, 2018). A formação do homem, em termos gerais, revela-se justamente na capacidade de realizar o salto ontológico — isto é, a passagem da esfera natural para a esfera social. Tal constatação torna-se evidente quando reconhecemos que o homem não deixa de ser um ser biológico ao tornar-se um ser social, mas supera essa base natural, conservando-a e integrando-a na complexidade de suas objetivações histórico-sociais.

[...] ele é um ser sensorial, físico, natural trazido à existência por processos da natureza causais e não conscientes. Ademais, o homem é um ser natural vivo, que subsiste somente através do constante metabolismo com a natureza, realizando e garantido por sua própria atividade vital [...] (MÁRKUS, 2015, p. 21).

A formação humana, enquanto processo histórico e socialmente determinado, deve ser compreendida, conforme expõe Lukács (2012) em sua *Ontologia do Ser Social*, a partir da centralidade ontológica do trabalho. O trabalho não apenas inaugura o ser social, mas constitui a categoria fundante de toda a vida sociometabólica humana. Essa centralidade decorre do fato de que o trabalho é a categoria intermediária e mais elementar forma de mediação teleológica entre o homem e a natureza. Nele, o indivíduo antecipa idealmente um resultado e mobiliza suas capacidades corporais e



intelectuais para realizá-lo no mundo objetivo, instaurando um tipo de causalidade que não existe na natureza e que marca, qualitativamente, o salto ontológico do ser meramente biológico para o ser social.

Para Lukács (2012), a especificidade do trabalho reside no caráter teleológico posto: antes de transformar a natureza, o homem cria idealmente — em pensamento — a forma a ser objetivada. Essa antecipação consciente do resultado caracteriza a práxis humana e torna o trabalho a base ontogenética de todos os demais complexos sociais. Ou seja, nenhuma forma superior de objetivação humana (arte, ciência, moral, política, direito, educação) pode existir sem pressupor a existência prévia dessa mediação originária, pois todas são desdobramentos historicamente complexificados do mesmo núcleo ontológico: a capacidade humana de pôr fins e de transformar a realidade conforme esses fins.

Nesse sentido, a formação humana não é um processo arbitrário nem “acréscimo cultural”, mas desdobramento da própria estrutura ontológica do trabalho enquanto práxis. A atividade educativa, em qualquer de suas formas — e aqui incluímos a Educação Física — deve ser compreendida como um complexo social derivado, cuja gênese ontológica remete sempre ao trabalho e cuja autonomia relativa não elimina, mas confirma essa dependência categorial. Assim, a formação humana é sempre teleologicamente posta, porque ela é, em última instância, continuidade e complexificação das teleologias primárias do trabalho.

Outro aspecto fundamental da análise lukacsiana é que os complexos sociais, embora derivados do trabalho, adquirem, no curso do desenvolvimento histórico, uma dinâmica interna própria, relativamente autônoma. Esse fenômeno, que Lukács (2012) denomina de “prioridade ontológica”, significa que cada complexo social — como o complexo educativo — opera com leis internas específicas, mas sem jamais romper a determinação última que o remete ao trabalho como categoria fundante. “o complexo do trabalho, ao se desenvolver, cria necessariamente novos complexos sociais, que se tornam relativamente autônomos, mas permanecem determinados, em última instância, por ele” (LUKÁCS, 2012, p. 87).

Assim, as formas de educação corporal, de treinamento, de disciplinamento do corpo e de formação de capacidades motoras e cognitivas que caracterizam a Educação Física constituem mediações historicamente formadas que não podem ser



dissociadas da ontologia do trabalho e do modo como este se concretiza em cada formação social.

É por essa razão que, para Lukács, não há contradição em afirmar que a formação humana é, ao mesmo tempo, fundada no trabalho e determinada pelas múltiplas e complexas objetivações sociais que se sobrepõem ao longo da história. A aparente tensão entre fundamento ontológico e autonomia relativa é, na verdade, expressão necessária da dialética que estrutura o ser social. O trabalho inaugura o *genus* humano, mas a riqueza das objetivações — entre elas o campo da Educação Física — retroage sobre os indivíduos, moldando suas capacidades, suas finalidades e suas possibilidades formativas.

Dessa perspectiva lukacsiana, a formação humana é sempre síntese de múltiplas mediações, mas tem uma base ontológica irreversível: sem trabalho não há ser social, e sem ser social não há educação, cultura, corporeidade historicamente desenvolvida, nem qualquer forma complexa de formação. A Educação Física, portanto, só se torna inteligível quando reconduzida à sua raiz ontológica: ela é expressão social historicamente específica da relação teleológica originária entre corpo, trabalho e mundo.

Quando atribuímos uma prioridade ontológica a determinada categoria com relação a outra, entendemos simplesmente o seguinte: a primeira pode existir sem a segunda, enquanto o inverso é ontologicamente impossível. É o que ocorre com a tese central de todo materialismo, segundo a qual o ser tem prioridade ontológica com relação à consciência. Do ponto de vista ontológico, isso significa simplesmente que pode haver ser sem consciência, enquanto toda consciência deve ter como pressuposto, como fundamento, algum ente (LUCÁKS, 2012, p. 307).

Compreender a Educação Física como produto do desenvolvimento histórico da sociabilidade capitalista exige, antes de tudo, elucidar como se estrutura o controle do processo de trabalho nessa forma social, pois é esse controle que determina, em última instância, as possibilidades, limites e direções da formação dos indivíduos do gênero humano.

No capitalismo, o trabalho perde seu caráter originariamente humanizador e torna-se subsumido ao imperativo da valorização do capital. Essa subsunção implica a expropriação do controle teleológico do trabalhador sobre sua atividade. Se na ontologia do ser social o trabalho é, antes de tudo, um ato teleológico posto pelo



indivíduo — em que o trabalhador antecipa idealmente o fim e dirige conscientemente sua ação para realizá-lo —, no modo de produção capitalista ocorre a separação entre concepção e execução, entre o pôr teleológico e o agir efetivo. O trabalhador, reduzido a portador de força de trabalho, perde a direção sobre a atividade que realiza, que passa a ser determinada por uma teleologia externa: a do capital.

Assim, sob a ótica ontológica de Lukács, analisar a Educação Física na formação social capitalista não significa apenas descrever seus conteúdos, métodos ou discursos, mas compreender o nexos ontológico fundamental: o controle do processo de trabalho determina, em última instância, as formas sociais de objetivação da corporalidade, e é nesse movimento que a Educação Física se constitui historicamente como complexo social. Somente apreendendo essa determinação é possível compreender criticamente seu papel na formação dos indivíduos e seus limites no interior da sociabilidade capitalista.

GÊNESE MODERNA DA EDUCAÇÃO FÍSICA: A FORMAÇÃO DO HOMEM NO PROCESSO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

Afirmar uma gênese histórica da Educação Física pode, à primeira vista, parecer um exercício trivial ou mesmo um deslocamento teórico artificial. Contudo, diante da ampla disseminação, dentro do próprio campo, de perspectivas que naturalizam a Educação Física — seus objetivos, suas práticas e seus fundamentos — como se fossem expressões de uma essência humano-biológica universal e atemporal, tal afirmação torna-se absolutamente necessária. Em boa parte da literatura mais difundida na área, a Educação Física é tratada como se emergisse de uma suposta “natureza do corpo”, como se tivesse sido gerada por uma matriz eterna de necessidades físicas do homem e não por relações sociais historicamente determinadas. Em termos lukacsianos, esse tipo de abordagem incorre na reificação de um complexo social específico, transformando um produto histórico em uma entidade dada “desde sempre”, apagando sua gênese concreta e suas determinações sociais.

Partindo da determinação ontológica, própria do modo de produção capitalista — tal como compreendida por Lukács na *Ontologia do Ser Social* —, torna-se evidente que a Educação Física adquire destaque/relevância social justamente porque se



articula funcionalmente às exigências estruturais da reprodução do capital. Na modernidade burguesa, sua função social não se dirige à formação humana em sentido ontológico amplo, mas à formação requerida pelo desenvolvimento do capital: a constituição de corpos aptos, disciplinados, dóceis e funcionalizados para o processo de produção. Assim, como lembra Húngaro (2013), a Educação Física exerceu papel decisivo na conformação da nova força de trabalho exigida pelo capitalismo ascendente, sendo igualmente importante no controle sanitário diante dos surtos epidêmicos que ameaçavam a produtividade.

Cunha (2013) destaca que a Educação Física surge, simultaneamente, como mecanismo de construção de corpos saudáveis e domesticados para a adaptação aos processos produtivos e como instrumento alinhado a políticas de cunho nacionalista. Tal dupla função expressa precisamente o caráter socialmente determinado do complexo: ao mesmo tempo em que produz habituação corporal adequada ao trabalho fabril, contribui para a conformação ideológica da população segundo as demandas do Estado burguês.

A formação humana na sociabilidade capitalista — isto é, a formação do ser social sob relações sociais mediadas pela lógica da valorização — incorpora a Educação Física não por contingência, mas por necessidade interna desse modo de produção. Como afirma Mello (2014, p. 112): “A Educação Física tal como conhecemos é uma produção das relações capitalistas; portanto, nasce com o capitalismo e transforma-se com este” (MELLO, 2014, p. 112). Sua presença na escola moderna resulta das próprias exigências gestadas pelo capitalismo, de modo que suas transformações históricas obedecem às metamorfoses do capital:

Soares (2012), por sua vez, demonstra que, desde o século XIX, a elaboração de concepções sobre o corpo e a força de trabalho constituiu a Educação Física como expressão corporal da sociedade do capital, inserindo-a dentro de um discurso médico-pedagógico que respondia à necessidade de otimizar a força de trabalho e administrar os “males sociais” produzidos pela própria dinâmica capitalista.

Esse processo não é casual. A consolidação da sociedade burguesa ocorre num momento histórico em que se assiste a um aumento sem precedentes na produção de riqueza, simultaneamente acompanhado de uma intensificação extrema da miséria para a maior parte da população que vivia exclusivamente da venda de sua força de



trabalho. Como nos lembra Mello (2014, p. 113), a apropriação privada da riqueza socialmente produzida convive com a pauperização da classe trabalhadora, enquanto Soares (2012, p. 07) descreve como os “triumfos da indústria” eram acompanhados de níveis inéditos de degradação social.

Nesse contexto, não surpreende que intelectuais modernos tenham se preocupado com o aprimoramento físico dos indivíduos, visto que a deterioração corporal provocada pelo trabalho fabril colocava em risco tanto a produtividade quanto a segurança do Estado. Como observa Soares (2012), a debilidade física resultante das duras condições de trabalho nas minas e indústrias alemãs e francesas obrigou inclusive à redução dos requisitos mínimos de estatura para ingresso no exército — um indício claro da relação entre desgaste corporal e necessidades militares e produtivas do capitalismo.

A preocupação com a formação do corpo do trabalhador articula-se, portanto, com as demandas por corpos fortes, disciplinados e adaptáveis à produção ampliada de mais-valia. A Educação Física emerge como estratégia social de adestramento, disciplinamento e constituição de hábitos corporais funcionais ao processo produtivo, como destaca Soares (2012), explicitando sua integração orgânica às exigências da produção capitalista.

Do ponto de vista ontológico, isso significa que a Educação Física deve ser compreendida, portanto, como complexo social, cuja forma, conteúdo e função são determinados, em última instância, pela maneira historicamente específica com que, na forma social do capital, o capitalismo controla o processo de trabalho. Longe de ser uma expressão imediata da “natureza humana”, ela é uma objetivação posta pelas necessidades reais da sociabilidade burguesa.

A esse respeito, Mello (2014) nos esclarece radicalmente essa relação que está mediada pela valorização do capital através da exploração do trabalho excedente realizado pelo trabalhador em sua jornada de trabalho. Diz ela:

[...] é necessário pontuar que: a) a preocupação em preparar o “homem” para a nascente sociedade capitalista a acompanha desde seu início; b) os primeiros sinais de uma escola de massas, ou seja, a ampliação obrigatória para todos, se deram no sentido de respaldar as novas formas de trabalho desenvolvidas no modo de produção capitalista no século XVIII (MELLO, 2014, p. 117).



O nascimento da Educação Física — tal como a conhecemos — no século XIX esteve diretamente vinculado à sua funcionalidade para os interesses da classe dominante. Tratava-se dos interesses de uma burguesia que, após ter cumprido um papel revolucionário no período de transição ao capitalismo, consolidava-se como classe conservadora e, em muitos casos, reacionária, orientada prioritariamente pelas exigências da produção e reprodução do capital.

Segundo Marx (2011), o capital não é uma coisa, mas uma relação social que se estabelece entre duas classes antagônicas: os capitalistas e os trabalhadores. O capitalista, possuidor de *Capital-dinheiro* (D), dirige-se ao mercado para adquirir *Meios de Produção* (Mp) e *Força de Trabalho* (F), mercadoria peculiar que contém a capacidade humana de transformar a natureza e produzir valores de uso e de troca (MARX, 1991). Ao ser consumida no processo de trabalho, a força de trabalho produz um valor superior ao necessário para sua reprodução, realizando assim o que Marx denomina **mais-valia**. Trata-se de uma transformação permanente de *Capital-dinheiro* em *Capital produtivo*, cujo objetivo ontológico é a produção ampliada de mais-valia.

Dessa forma, a formação humana sob a égide do capital encontra-se subordinada, estruturalmente, aos imperativos internos desse modo de produção. As necessidades da escola moderna, por consequência, submetem-se às determinações da sociabilidade burguesa, tanto no sentido de aprimorar recursos tecnológicos quanto de impregnar nos trabalhadores a lógica do trabalho capitalista. Como afirma Mello (2014, p. 123), trata-se de garantir que os indivíduos assimilem “a lógica do trabalho capitalista”, ainda que essa mesma lógica imponha sua dominação independentemente da vontade dos trabalhadores.

Nunes (2014) argumenta que a Educação Física como prática pedagógica intencional nasce orientada por uma concepção positivista de ciência, cujo propósito central era formar indivíduos adequados às demandas do capitalismo em ascensão. A partir dessa matriz, difundiram-se concepções eugênicas e perspectivas higienistas que responsabilizavam o indivíduo pela superação de hábitos “inapropriados”, transferindo à Educação Física a tarefa social de regenerar o corpo do trabalhador — tarefa que, em última instância, contribuía para a reprodução do capital. Mello (2014) mostra que diversos países sistematizaram seus métodos de ginástica, cada qual com características próprias, mas todos articulados ao mesmo movimento histórico da



produção capitalista.

Mesmo antes de sua incorporação formal à escola, os métodos de ginástica já operavam como instrumentos de formação adequados aos ditames do capital. Diante das péssimas condições de vida da classe trabalhadora, práticas atléticas eram ofertadas como mecanismos de higiene e disciplinamento corporal, transformando o exercício físico em promotor de saúde e responsabilizando o indivíduo por sua própria condição física. Essa lógica permanece até hoje no chamado “empreendedorismo da Educação Física”, visível nas práticas disseminadas em praças, parques e ruas, incluindo ginástica laboral e treinamento funcional.

As escolas primárias surgiram como resultado do conflito de classes. Representaram ao mesmo tempo uma conquista do movimento operário e uma concessão da burguesia, que reconhecia no Estado um instrumento adequado para gerenciar a educação “para todos”. Como demonstra Petitat (2004), essas escolas funcionavam inicialmente em condições extremamente precárias, muitas vezes instaladas em espaços improvisados e dirigidas por pessoas com pouca ou nenhuma formação pedagógica.

Mello (2014) evidencia que o movimento operário, especialmente a Comuna de Paris de 1871, foi determinante para que a burguesia adotasse políticas educacionais voltadas a conter insurreições e controlar a classe trabalhadora, criando a necessidade de formar o “novo cidadão”. Com a organização dos sistemas nacionais de ensino, Leonel (1994) demonstra que a Escola Primária constituía o passo mais difícil e decisivo, pois pretendia formar o novo sujeito social: o trabalhador “transformado” em cidadão, leal ao Estado e à pátria, e não mais submetido às antigas estruturas religiosas.

O exercício físico — inicialmente designado como ginástica — foi incorporado como conteúdo escolar desde o século XVIII, adquirindo maior relevância no século XIX. Para Soares (2012, p. 40), essa inclusão introduziu na escola um tom de laicidade, uma vez que o corpo, historicamente interdito pelo obscurantismo religioso, passava a ser objeto legítimo de intervenção pedagógica.

A compreensão da Educação Física como um complexo independente da relação social de produção faz com que a saúde pareça ser alcançada apenas pela prática de exercícios, como se estivesse desvinculada da dinâmica de compra e venda



da força de trabalho. Contudo, a Educação Física carrega uma dependência ontológica do modo de produção capitalista e está diretamente articulada às exigências da organização da produção social da existência. Os elementos corporais criados historicamente — esporte, dança, lutas, jogos, ginástica — só podem ser apropriados pelos trabalhadores fora do tempo de trabalho, e o prolongamento contínuo da jornada constitui um obstáculo direto a essa apropriação.

Assim, a formação humana do trabalhador — aquele que não detém os meios de produção — permanece condicionada pela necessidade de reproduzir sua própria vida mediante a venda de suas capacidades corporais. As práticas corporais no tempo livre operam, em regra, como mecanismos de recomposição da força de trabalho, permitindo ao trabalhador suportar jornadas extenuantes.

Isso explica também a desigual distribuição do acesso às práticas corporais socialmente produzidas: enquanto a classe trabalhadora participa majoritariamente de esportes de fácil acesso (futebol, basquetebol, voleibol etc.), a burguesia apropria-se de modalidades cuja prática exige recursos materiais elevados (tênis, esgrima, equitação, polo, golfe, esqui, natação em clubes privados).

Em síntese, a apropriação das objetivações corporais da Educação Física só ocorre após a realização do *tempo de trabalho necessário*, mas o trabalhador não realiza apenas esse tempo: ele cumpre uma jornada inteira composta por *trabalho necessário* e *trabalho excedente*. Subsumido ao processo produtivo capitalista, o trabalhador vê seu tempo social expropriado e sua corporeidade degradada, inviabilizando a plena realização de suas potencialidades humanas — inclusive no interior do complexo da Educação Física.

O capital não se preocupa com a duração da vida da força de trabalho. Interessa-lhe exclusivamente o máximo de força de trabalho que pode ser posta em atividade. Atinge esse objetivo encurtando a duração da força de trabalho, como um agricultor voraz que consegue uma grande produção exaurindo a terra de sua fertilidade. (MARX, 2011b, p. 307).

Inerente à própria dinâmica do capital — cuja lógica interna é orientada pela produção de valor, pela ampliação da mais-valia e pela contínua recomposição da taxa de lucro — desenvolvem-se crises cíclicas que constituem momentos imanentes do seu processo histórico. Essas crises, à medida que se tornam mais recorrentes, exigem do capital reordenamento nas relações de produção, sobretudo por meio de alterações



na composição orgânica, com o objetivo de contrabalançar a queda tendencial da taxa de lucro.

A composição orgânica, como esclarece Marx, divide-se em *Capital constante* (c) — máquinas, instrumentos e matérias-primas, cujo valor não se altera no processo produtivo — e *Capital variável* (v), isto é, a *Força de trabalho*, única mercadoria capaz de criar valor novo e excedente. É justamente a modificação na relação entre c e v que afeta diretamente a produção de mais-valia e, portanto, a taxa de lucro. Em termos ontológicos, como destaca Lukács, a reprodução social em todos os seus complexos está sempre determinada, em última instância, pelas relações sociais de produção, ainda que essas determinações se expressem por mediações múltiplas e complexas.

Esse movimento estrutural do capital repercute intensamente no campo educacional. As chamadas reformas e reestruturações produtivas — que incluem mudanças nas políticas públicas, redirecionamentos curriculares, flexibilizações normativas e discursos de modernização — são, na verdade, expressões derivadas da necessidade de adequar a formação humana às exigências da produção capitalista, ou seja, reordenamentos sobre a (in)gerência do capital. Assim, a educação, longe de ser o lugar autônomo de superação das contradições sociais, é frequentemente responsabilizada pelo Estado capitalista pelas mazelas geradas pela própria dinâmica de acumulação, processo que ocorre, como afirma Mello (2014), simultaneamente ao desinvestimento sistêmico nesse setor.

No caso da Educação Física, essa repercussão é ainda mais evidente. A disciplina pode ser ora valorizada, ora reduzida ou precarizada em sua carga horária ou em sua obrigatoriedade, sem que isso altere a lógica fundamental da sociabilidade capitalista. Isso porque tais mudanças não respondem a necessidades pedagógicas de uma formação humanamente emancipada, mas às exigências da reprodução ampliada do capital. Em outros termos, como sustenta Lukács (2012), os complexos sociais — dentre eles, a educação e, de modo mais específico, o complexo da Educação Física — não possuem autonomia absoluta, mas uma relativa independência sempre subordinada ao movimento do conjunto social.

Essa dependência onto-histórica significa que os elementos corporais produzidos pela humanidade — esporte, dança, lutas, jogos, ginástica — só podem ser apropriados pelo trabalhador fora do tempo de trabalho. Entretanto, como o processo



de produção capitalista subsume todo o tempo disponível do trabalhador à valorização do valor, o acesso às práticas corporais fica limitado. O trabalhador realiza uma jornada composta de trabalho necessário e trabalho excedente, sendo este último apropriado pelo capitalista como mais-valia. Assim, o tempo livre aparece apenas como intervalo para a recomposição da força de trabalho, e não como esfera de desenvolvimento pleno das capacidades humanas.

Conseqüentemente, na sociabilidade capitalista, a apropriação dos complexos da cultura corporal — condição ontológica para o desenvolvimento humano — torna-se desigual. As práticas corporais socialmente produzidas distribuem-se conforme a estrutura de classes: à classe trabalhadora, em geral, os esportes mais acessíveis e massificados; à burguesia, modalidades que demandam maiores investimentos materiais, tempo disponível e infraestrutura, como equitação, natação, tênis, esgrima, polo ou esqui.

Além disso, a própria funcionalidade histórica da Educação Física — desde sua constituição como disciplina escolar no século XIX — esteve ligada à necessidade burguesa de disciplinar o corpo social, higienizar a força de trabalho e instituir hábitos compatíveis com o processo produtivo. Esses elementos, como mostram Soares, Nunes e Mello, expressam a tentativa de adequar a formação corporal à forma de sociabilidade que requer corpos saudáveis, dóceis, eficientes e adaptados ao trabalho.

Em síntese, a formação humana na sociabilidade capitalista se encontra condicionada a reproduzir a vida pela venda da força de trabalho, o que limita o acesso às objetivações corporais historicamente produzidas. A Educação Física, enquanto complexo social, não escapa a essa determinação: surge, se desenvolve e se transforma, em última instância, conforme as necessidades da reprodução do capital, e suas práticas, embora possuam potencial formativo amplo, acabam reduzidas, para a maioria da população, à função de recompor a energia necessária para suportar as jornadas de trabalho e o chicote incessante de valorização do valor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise empreendida permitiu evidenciar que a Educação Física, enquanto complexo social historicamente constituído, não pode ser compreendida fora das



determinações ontológicas do trabalho e da sociabilidade capitalista. Ao recuperar a centralidade do trabalho como categoria fundante do ser social — conforme exposto por Marx e aprofundado por Lukács em sua Ontologia — mostrou-se que a formação humana, longe de resultar de uma essência imutável, é síntese de processos sociais teleologicamente postos e atravessados pela luta de classes. Nesse sentido, a gênese moderna da Educação Física expressa, em grande medida, as exigências da produção capitalista: disciplinamento dos corpos, fortalecimento da força de trabalho, higienização social e adequação física e subjetiva às demandas da mais-valia. Assim, mesmo sua aparente neutralidade pedagógica revela mediações que a vinculam estruturalmente à reprodução ampliada do capital.

Contudo, reconhecer essa determinação não implica negar a existência de contradições e brechas no interior da própria prática social da Educação Física. Se o capital tende a subsumir o corpo e suas capacidades à lógica da valorização, também é verdade que o corpo permanece como um dos espaços nos quais se manifestam resistências, possibilidades formativas e objetivações que escapam — parcial e desigualmente — ao controle da produção capitalista. Nesse horizonte, a reflexão desenvolvida aponta para a necessidade de recolocar a Educação Física sob uma perspectiva ontológica crítica, interrogando seus sentidos formativos e suas potencialidades emancipatórias. Assim, reafirma-se a urgência de práticas educativas que, ao invés de reproduzirem os imperativos da sociabilidade burguesa, contribuam para a construção de uma formação humana omnilateral, fundada na teleologia consciente e na afirmação do ser social para além da ordem do capital.

REFERÊNCIAS

FROMM, Erich. **Conceito marxista do homem**. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.

HEROLD JUNIOR, Carlos. A centralidade analítica da categoria trabalho para a Educação Física. **Revista da Educação Física/UEM**, Maringá, v, 14, n. 2, p. 85-95, 2. sem. 2003.

HÚNGARO, Marcelo. A educação física e a tentativa de deixar de mentir: o projeto de “intenção de ruptura”. In: MEDINA, J. P. S. **A educação física cuida do corpo... e “mente”**: novas contradições e desafios do século XXI. Campinas, SP: Papirus, 2013.

LAZARINI, Ademir Quintilio. **A relação entre capital e educação escolar na obra de**



Dermeval Saviani: Apontamentos críticos. 2010. 528f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2010.

LEONEL, Zelia. **Contribuição à história da escola pública** (elementos para a crítica da teoria liberal da educação). 1994. 258f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1994.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social I.** Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

MÁRKUS, György. **Marxismo e antropologia:** o conceito de 'essência humana' na filosofia de Marx. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos.** Tradução de Alex Marins. São Paulo: Martin Clarent, 2006.

MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política. Livro I. Volume I. 28. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política. Livro I. Volume II. 10. ed. São Paulo: DIFEL, 1985.

MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política. Livro II. Volume III. 6. ed. São Paulo: DIFEL, 1991.

MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política. Livro III. Volume IV. 4. ed. São Paulo: DIFEL, 1983.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia alemã:** crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista.** 3. ed. São Paulo: EDIPRO, 2015.

MELLO, Rosangela Aparecida. **A necessidade histórica da Educação Física na escola:** os impasses atuais. São Paulo: Instituto Lukács, 2014.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital.** 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MORAES, Bêtanias; JIMENEZ, Susana. Notas sobre a questão da individualidade humana: um convite a pesquisa. **Revista eletrônica arma da crítica**, Ano 1, n. 1, p. 14-23, jan., 2009.

NUNES, Thiago Oliveira. **Contribuições da ontologia do ser social à Educação Física brasileira:** primeiras aproximações. 2014. 154f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Universidade de Brasília, Brasília, 2014.



OLIVEIRA, Rogério Paes de. **A participação da educação física na formação humana: uma necessidade onto-histórica para além da particularidade do capital.** 2018. 196f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, CE, 2018.

PETITAT, André. **Produção da escola/produção da sociedade:** análise sócio-histórica de alguns momentos decisivos da evolução escolar no ocidente. Porto Alegre: Artes médicas, 1994

SOARES, Carmem Lúcia. **Educação Física:** Raízes europeias e Brasil. 5. ed. Campinas: Autores Associados, 2012.

TERTULIAN, Nicolas. Uma apresentação à ontologia do ser social, de Lukács. **Crítica Marxista**, São Paulo, Brasiliense, v.1, n.3, p.54-69. 1996.

TUMOLO, Paulo Sergio. O trabalho na forma social do capital e o trabalho como princípio educativo; uma articulação possível? **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 90, p. 239-265, jan./abr. 2005.